EMENTA – Altera a redação dos Art. 1º, Art. 2º caput, inciso I e parágrafo único, inciso III do Art. 3º e Art. 5º da Lei Municipal nº 3.958/2006 e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições institucionais que lhe são conferidas em função de seu cargo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os artigos 1º, 2º, caput, inciso I e parágrafo único e o inciso III do Art. 3º, da Lei Municipal nº 3.958/2006, passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. Esta Lei objetiva a redução dos custos de construção de imóveis oferecendo vantagens que possam contribuir para diminuir o déficit de moradias populares no Município do Paulista e facilitando sua aquisição pelos beneficiários do Programa PAR, da Carta de Crédito da Caixa Econômica Federal e do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, com recursos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

Art. 2º. As vantagens fiscais aos beneficiários, ao Fundo Financeiro do PAR e aos Projetos do Minha Casa Minha Vida Entidades, com recursos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, somente perdurarão enquanto o imóvel estiver incluído nos empreendimentos de moradia de interesse social e compreenderão:

I. Isenção total do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidente sobre o arrendamento, desde o início da construção até a efetiva entrega do imóvel.

(...) Parágrafo Único. Também será concedida a isenção de taxas incidentes sobre a aprovação de projeto, licença de construção e expedição de Habite-se, relativas à construção dos imóveis incluídos no Programa PAR, da Carta de Crédito da Caixa Econômica Federal e do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, com recursos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, na forma do art. 1º desta Lei.

Art. 3º. (omissis)
GABINETE DO PREFEITO

(…)

III. valor venal do imóvel dado em arrendamento de até 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

Art. 5º. A isenção do ISSQN será concedida mediante requerimento dirigido ao Secretário de Finanças, nas hipóteses previstas na presente lei.

Art. 2º. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos contar-se-ão a partir de 07 de julho de 2009, restando revogada, em sua totalidade, a redação anterior dos artigos mencionados, bem como as disposições em contrário.

Paulista, 1º de julho de 2016.

Gildoro Gonçalves Feitosa Junior
PREFEITO